

# MST: UM CAMINHO PARA A LIBERDADE?\*

Entrevista com João Pedro Stédile

## APRESENTAÇÃO

No Brasil, reforma agrária é hoje não somente uma das mais prementes necessidades para a viabilização de um desenvolvimento especificamente burguês, como também e principalmente a sua mais antiga dívida histórica. De palavra avexada pela cultura das sesmarias, dos donatários e escravocratas, desde o seu surgimento nas insurreições do império e das experiências messiânicas de Canudos e do Contestado, a reforma agrária tem sido encarada como um dos principais inimigos internos, contra o qual se alimenta e justifica o aparato militar – e paramilitar – brasileiro.

Neste século, a história se reproduziu com o mesmo grau de encarniçamento do século XIX e, desde 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra pelo recém-empossado regime militar do governo Castelo Branco, o Estado vem tomando para si a função de promovê-la, destituindo-a, obviamente, de seu mais evidente conteúdo político. O custo, altíssimo, da truculenta e decidida ação dos militares sentiu-se no desmantelamento dos grandes movimentos de massa representados, principalmente, pelas Ligas Camponesas e pelo PCB. As conseqüências, como registra a nossa mais recente história, foram dolorosas, mas não definitivas. Violentos contra as organizações populares, os militares foram tímidos o suficiente para deixar intactos os problemas e a latência contida no apelo pela reforma agrária. Assim também procederam os sucessivos governos civis, de sorte que a questão transcende a destinação autoritária ou democrática do Estado que, aliás, no Brasil tem fronteira muito pouco definida. Sua gravidade deita raízes numa elite cuja concepção de enriquecimento,

imediate e improdutiva, é proporcionada, fundamentalmente, pela renda especulativa da terra. Hoje, portanto, problemas históricos permanecem e associam-se a outros mais contemporâneos, como o desemprego e a ruína de pequenos agricultores e empresários, desenhando um quadro de graves acúmulos, em princípio, insolventes.

O Estado, no fiel da balança que pende, independentemente da sua fachada – truculenta, *yuppie*, ilustrada –, para a tradição latifundiária, se mostra inapetente por qualquer medida que não seja mera demonstração de apego à retórica e aos paliativos. Prova disso é que hoje o Brasil apresenta um dos mais altos índices de concentração e desperdício de terras do planeta. Assim demonstram os dados: somando 35.083 propriedades, ou 1% do total dos imóveis cadastrados, os latifúndios ocupam 153 milhões de hectares, quase a metade da área de todas as propriedades rurais somadas. Mais insensato ainda é imaginar que essas poucas propriedades possuem um número bem menor de donos. Além do mais, planta-se em somente 14% da área agricultável e 48% têm criação de gado. O que sobra se encontra em absoluto estado de ociosidade. Segundo levantamento realizado pela revista *Veja*, de 16-4-1997, os “4,5 milhões de agricultores familiares do país, donos de ¼ das terras utilizadas para a agricultura, garantem o sustento direto de 18 milhões de pessoas, ou quase 12% da população do país [...] Sem recursos nem tecnologia, um belo punhado dos pequenos proprietários rurais, contudo, sobrevive numa economia de subsistência, colhendo pouco mais do que o necessário para que a família não morra de inanição” (p. 37).

Para fazer o contraponto, tornar transparente e desafiar a tragédia da desigualdade brasileira, nasce, no ano de 1978, em Ronda Alta, no Rio Grande do

\* Entrevista concedida a Maria Orlando Pinassi, professora de sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFC-Unesp, *campus* de Marília, São Paulo.

Sul, o que se poderia chamar de o “embrião do MST”. Surge, assim, no Brasil, não só uma de suas maiores e mais disciplinadas organizações, mas igualmente a mais agressiva. Em função das ações de sua militância, a reforma agrária não mais é tratada com sisudez paternal e caritativa por autoridades governamentais. Concomitantemente a um projeto fincado no crescimento econômico e na distribuição de renda, impuseram temor e respeito, ao planejarem milimetricamente as ocupações sucessivas de áreas improdutivas, assim como os assentamentos que organizam. Aliam pragmatismo a propostas de viés socialista, cuja inspiração maior parece vir dos ideários sandinista e zapatista, com forte influência da teologia da libertação.

Por anos a fio o MST foi visto como um desprezível “caso de polícia”; no entanto, o espaço que aos poucos ocupou no cenário nacional, assim como desencadeou uma série de reações e de confrontos, serviu para cindir a opinião pública e divisar um horizonte menos previsível. No plano legal, divide o Congresso: duas bancadas ruralistas se afirmam na defesa de pólos opostos.

Enquanto uma representa os interesses dos grandes proprietários de terra do país, a outra, formada por representantes, na sua maioria, do próprio movimento filiados ao PT, quer garantir a legitimidade da luta dos Sem-Terra. Ao mesmo tempo, a repressão, tradicionalmente empreendida pelo exército, é reforçada pela violência velada de milícias paramilitares incentivadas e financiadas por grandes proprietários reunidos em torno de suas próprias organizações, como a UDR, por exemplo. Juntos, criam os fatos mais graves da atualidade brasileira: assassinatos recorrentes – isolados e em massa – de trabalhadores sem terra no exercício legítimo de suas reivindicações.

Nenhuma medida punitiva ou intimidatória foi, entretanto, capaz de arrefecer os ânimos do MST. Ao contrário, cresce entre sua liderança e militância a disposição clara de continuar e refinar seus métodos de luta. Com isso, a reforma agrária ganha com a rebeldia e a concretude das ações do MST o

seu mais alto e oportuno desígnio: reforçando o envolvimento político que sua causa demanda, mostra para o país e para o mundo que existem pontos de partida para uma efetiva transformação da realidade adversa do capitalismo.

A fim de discutir as questões acima, João Pedro Stédile, presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), concedeu-nos a seguinte entrevista.

*Maria Orlando Pinassi – Até uns 4 ou 5 anos atrás poucas pessoas tinham um conhecimento efetivo da existência do MST. Eram raras e tendenciosas as notas que a imprensa reservava ao movimento. De alguma forma esse quadro vem tendo mudanças significativas. Mesmo sem conseguir erradicar os velhos e tradicionais*

*preconceitos que envolvem a questão, o MST conquistou um espaço inédito na mídia e atraiu a adesão e a simpatia de amplos setores nacionais e internacionais. A esse respeito o MST inova: deixa transparecer estratégias de ação de um movimento de combate à propriedade da terra, uma das instituições mais arcaicas da nossa história, tornando-se, com*

*isso, o único fato nacional da atualidade a merecer a atenção e o respeito de setores situados tanto à direita quanto à esquerda da política brasileira. Quanto a isso, duas questões: a) que fatores determinaram que o MST e suas ações viessem à tona? b) tal decisão foi unânime dentro do movimento?*

**JPS** – Existem muitas formas de analisar quais seriam os fatores que fizeram com que a questão da reforma agrária voltasse para o centro dos debates na vida nacional. Evidentemente que sobre isso influi a situação do modelo econômico em implantação e o agravamento da crise social. Mas, em termos de fatores vinculados diretamente com o MST, me atreveria a enumerar os seguintes. Primeiro: nossa causa é justa. E, por mais que setores conservadores possam criticar nossos métodos de luta, ninguém que possua alguma consciência pode defender o latifúndio. Segundo, a persistência de nossa luta. Por mais dificuldades e desafios que



MST (Foto: Sara Feitosa)

tenhamos enfrentado, nunca nos furtamos a lutar. Somos muito teimosos, independentemente da conjuntura ser favorável ou não. Mesmo na época da Nova República, quando muitos setores da esquerda brasileira, especialmente os vinculados ao PCB e PC do B, optaram pela conciliação com o governo, nós seguimos o caminho da luta. Terceiro, nunca nos iludimos com governos ou conjunturas. Sempre acreditamos na organização de massas como forma principal de fazer a luta avançar. E, por último, porque aprendemos com muitas outras organizações de trabalhadores, que nos antecederam no Brasil e na América Latina, procuramos colocar em prática certos princípios organizativos que nos ajudaram a preservar nosso movimento dos ataques das classes dominantes. Não é o espaço aqui para teorizar sobre eles, mas poderia citar alguns princípios como: a direção colegiada, a divisão de tarefas, a disciplina, a vinculação permanente com as massas, a prática de novos valores como solidariedade e a unidade de ação. Se as decisões dentro do movimento foram sempre unânimes? Evidentemente que não. Nós somos um movimento de massas e portanto há opiniões diferenciadas e isso é positivo. Mas, nesse processo de construção, sempre buscamos garantir a unidade de ação sobre a base de uma sólida maioria que não é disputada apenas no voto. Mas, quando uma questão parece pouco consolidada ou, se quiserem, com uma maioria apertada, preferimos esperar um pouco mais e amadurecer até que fique mais claro para a ampla maioria qual o melhor caminho a seguir nesse processo de construção.

*MOP – A luta pela reforma agrária coincide com a formação do Estado nacional no início do século XIX. Nessas quase 180 anos de história vêm-se acumulando derrotas para uma elite senhorial, dependente do dinheiro e das forças repressivas do Estado, na salvaguarda dos seus interesses particulares. O MST, hoje, recoloca na ordem do dia uma questão que vinha se tornando mais e mais desgastada principalmente depois das manobras da Nova República e no fato de muitos militantes e intelectuais de esquerda acreditarem e embarcarem na “democracia sarneysista”. Sobre essa questão, que limites separam os canais de negociação do MST com o governo da autonomia política que deve ser preservada por um movimento rebelde e tendente ao crescimento?*

*JPS – Desde a fundação do movimento, em 1984, como um movimento de abrangência nacional,*

*adotamos certas orientações que o caracterizariam. Como tal, por exemplo, nos autodefinimos como um movimento de massas, com caráter popular, porque reúne todas as pessoas independentemente da idade, com caráter sindical, porque tem ainda um viés corporativo, e com caráter político porque luta contra o Estado e contra o latifúndio. Portanto, nosso movimento tem um claro caráter de classe. Outro caráter pelo qual optamos seguir é que nosso movimento deveria ser autônomo em relação à Igreja, apesar de sua influência doutrinária sobre grande parte da militância, dos partidos políticos e obviamente do governo e das elites. A autonomia política é que nos dá força, porque nosso objetivo principal é a conquista dos direitos e não nos preocupa ver o que interessa a nossos vínculos ou não.*

Ao mesmo tempo, sempre negociamos com os governos. Negociar não significa submeter-se, adequar-se. Significa estabelecer pontos de avanços e de conquistas com nossos inimigos. Mas vemos as negociações não como um processo em si e, sim, como o resultado de uma luta. Por isso, somente negociamos depois das batalhas. Dizemos em nossos debates internos que ir negociar é como ir na federação de futebol no dia seguinte ao jogo para assinar a súmula do resultado do jogo. Mas a súmula, a negociação somente tem sentido se antes houver o jogo, se houver o confronto no campo de futebol. Quem confunde essa norma, e vai negociar nos tapetes da federação, sem antes entrar em campo, sempre vai assinar uma súmula aonde sairá perdedor, pois as elites, no mínimo, impõem uma derrota por WO.

*MOP – Por falar em tendência de crescimento, isso pode ser uma faca de dois gumes, não é mesmo? De um lado, um crescimento quantitativo pode significar crescimento da expressividade política do movimento. De outro, pode trazer dificuldades na manutenção da organização dos seus militantes, característica marcante do movimento. Em função do desemprego e da miserabilidade crescente no país, o MST não correria o risco de ter suas fileiras engrassadas por uma categoria complicada para efeitos de organização e conscientização política, como é o caso do lumpen (ou os excluídos, como preferem cristãos e liberais)?*

*JPS – Evidentemente que a crise da agricultura, a crise do desemprego e a crise social que estão em curso no país, como resultado inclusive de um novo modelo econômico em implantação que marginaliza completamente os trabalhadores rurais, tanto da*

agricultura como da indústria, traz um caldo social mais propício para organizarmos massas de excluídos. Mas, para nós, não tem representado problema a existência de maior número de desempregados e desesperançados. É justo se dizer que ser desempregado não é ser *lumpen*. *Lumpen* é uma situação social mais consistente, já é resultado de uma condição social anterior. Em geral, os *lumpens* agrícolas não gostam de trabalho, de organização e por isso não gostam muito de ocupações de terra, de sacrifício. Outras formas de luta mais simples como mobilizações, ou mesmo a marcha a Brasília, atraíram mais *lumpens* do que nossas ocupações. Mesmo nas situações em que eles se envolvem nas ocupações e acampamentos, existem métodos internos de organização que são um veneno para os *lumpens* e os fazem desistir. Por outro lado, ele é muito imediatista, quer resolver logo as coisas e as nossas lutas têm sido longas e sacrificadas.

Nosso desafio maior é ter capacidade de preparar mais companheiros militantes para irem organizar os milhões de pobres do campo que estão cada vez mais desesperançados e à espera de propostas que possam representar um futuro para suas famílias.

*MOP – Em relação à questão anterior, ou seja, em função do desemprego, o engajamento no MST pode significar o resgate de uma vida minimamente digna. Em que momento de sua vinculação ao movimento o militante consegue discernir a luta pela sobrevivência imediata (a luta pela terra) da luta maior defendida pelo MST? Ou seja, quais as estratégias utilizadas pelo MST para elevar o grau de conscientização de suas bases?*

*JPS –* Como já disse, o aumento do desemprego no campo, segundo as estatísticas nos últimos dois anos, representou mais de 800 mil assalariados rurais que perderam o trabalho, especialmente no algodão, cacau, cana-de-açúcar, assim como representou um aumento de nossa base social disposta a lutar por terra. Evidentemente que num primeiro momento esse companheiro luta por alternativa de

trabalho, por um futuro imediato para sua família. Mas, a partir do momento em que se engaja na luta, numa ocupação, num acampamento, numa marcha, ele se insere numa verdadeira escola de luta de classes, aonde vai se transformar e descobrir-se como classe em si, percebe que apenas a terra não resolve, que existem outros desafios na sociedade. E nós, do movimento, vamos misturando mobilizações, lutas, como programas de educação e de formação política. Ninguém aprende sozinho; é fundamental que exista uma sólida formação político-ideológica. É um processo. Quanto maiores as contradições, quanto maior a disposição para o estudo, quanto maior o número de militantes jovens, mais rápido aprendem a lutar por seus direitos e por mudanças na sociedade.



MST (Foto: Douglas Mansur)

*MOP – Em termos econômicos, o que efetivamente mudou na proposta de reforma agrária do MST em relação às lutas dos movimentos que antecederam 1964 (como as Ligas Camponesas, por exemplo)?*

*JPS –* Bem, isso é uma história muito longa. A rigor, precisaríamos revisar a história da luta pela reforma agrária no

Brasil. Em termos de explicitação dos objetivos pelos movimentos camponeses de antes de 64 e de agora, as mudanças são muitas. As Ligas Camponesas, de quem nos consideramos sucessores ou seguidores, eram muito radicais nas formas de luta, como prova sua palavra de ordem: Reforma Agrária na Lei ou na Marra. O Master no sul também era radical; já as Ultabs, orientadas pelo Partido Comunista, eram mais burocratizadas, tenderam à institucionalização que de fato ocorreu com a legalização da possibilidade de organizar sindicatos em 1962, na qual todas se transformaram em Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Mas todos eles eram mais ingênuos ao lutar apenas por terra para trabalhar. É verdade que o próprio capitalismo na agricultura era menos desenvolvido. E talvez essa tenha sido a última chance que as elites tiveram na história do Brasil de fazer uma reforma agrária do tipo clássico, capitalista, para desenvolver o mercado interno e o capitalismo na agricultura. Infelizmente as elites optaram pela

chamada modernização conservadora de nossa agricultura, como bem esclareceu o professor José Graziano em sua tese. Ou seja, nossas elites optaram por promover um capitalismo na agricultura com base na grande propriedade.

A situação hoje da agricultura capitalizada é completamente distinta da década de 60. Portanto, do ponto de vista das condições objetivas e econômicas, a nossa proposta de reforma agrária necessariamente precisa superar o simplismo da reforma agrária capitalista clássica de apenas dividir a grande propriedade e estimular o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Na atualidade, estamos convencidos de que é necessário reorganizar a agricultura sobre outras bases sociais. Para isso é necessário democratizar o acesso ao capital, democratizar o processo agroindustrial, que é tão importante quanto a propriedade da terra, democratizar o acesso aos conhecimentos, ou seja, à educação formal, pensar uma nova reorganização social do espaço urbano, com agrovilas que viabilizem a energia elétrica, atividades comunitárias, e também uma reformulação no atual modelo tecnológico, que é totalmente dependente das multinacionais indutoras de consumo de agrotóxicos e de máquinas agrícolas desajustadas à nossa realidade. Na época das Ligas, eles não precisaram se preocupar com tudo isso.

**MOP** – *E, em termos políticos, há uma mudança efetiva, já que a estrutura agrária há séculos permanece a mesma?*

**JPS** – Em termos políticos a grande mudança é que, por uma parte, os camponeses já não são mais a maioria da população. Hoje, a população rural é de apenas 23% do total. E, portanto, sua força política diminuiu. No entanto, agora, a sociedade urbana começou a se interessar pela reforma agrária. E não apenas por efeito de propaganda. Mas porque as populações urbanas perceberam que os graves problemas sociais que enfrentam nas cidades, como desemprego, fome, miséria, violência, marginalidade social, êxodo rural, somente se resolverão se antes resolvermos o problema agrário. Problema agrário colocado nos termos que expliquei na questão anterior, não apenas como se apresentava no início do capitalismo, como apenas a concentração da propriedade da terra.

No entanto, essa ampliação da base de sustentação política da reforma agrária ainda não se

transformou em ações políticas efetivas que pudessem alterar a correlação de forças. Por quê? Porque a situação social e política do Brasil não necessita apenas de mudanças na agricultura, de reforma agrária, é necessário mudarmos o modelo econômico que está sendo implantado pelo governo FHC. E aí a disputa na sociedade é bem maior. Por isso, o desafio da reforma agrária hoje politicamente só se viabilizará se conseguirmos mudar também o modelo econômico. É por isso que está tão complexa e difícil a nossa luta, apesar do amplo apoio da sociedade. Nesse sentido, vivemos uma situação histórica parecida com a luta contra a escravidão. Toda sociedade era contra, a não ser parte da oligarquia rural, que, aliás, são os avós dos atuais latifundiários. Mas a abolição só aconteceu depois de muitos anos de luta, porque a mudança não se resumia apenas à condição social, mas ao modelo econômico, ou seja, sair do modelo agro-exportador para o industrial.

**MOP** – *A proposta de reforma agrária do MST é voltada para a produção familiar?*

**JPS** – Para nós é uma falsa polêmica se nossa proposta de reforma agrária está de acordo com a agricultura familiar ou não. Nossa proposta de reforma agrária exige a reorganização da forma de produzir na agricultura brasileira. Evidentemente que os trabalhadores, os que produzem, serão então os protagonistas do processo produtivo e os que se apropriarão do resultado de seu próprio trabalho. Mas existem diversas formas de organizar a produção em que se pode adequar esse princípio econômico. Podemos ter grandes áreas de lavouras, podemos ter empreendimentos empresariais coletivos, e certamente teremos a unidade de produção familiar. Uma forma é complementar à outra. O que queremos extinguir é apenas a grande propriedade latifundiária improdutiva e os fazendeiros que vivem só de renda da terra.

**MOP** – *Uma das razões para a pergunta acima formulada é a presença de uma tendência, entre a população, de compreender as ações do MST como defensoras da formação de uma categoria camponesa independente baseada na economia de subsistência. Em que medida isso reflete a tendência de fato do MST? Não lhe parece ser essa uma tendência regressiva e romântica frente à agressividade do mercado?*

**JPS** – Existe muita confusão sobre o que é reforma agrária. Nesse momento se confundem na

sociedade três conceitos completamente diferentes. Existe um conceito de reforma agrária capitalista, clássica, que foi praticada pelos governos da burguesia industrial em diversos países capitalistas do mundo, na Europa, Japão, Formosa, Coréia, e que consiste basicamente em apenas dividir a grande propriedade da terra que, como dissemos antes, consistiu em entrave ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura do final do século passado até a Segunda Guerra Mundial.

O governo brasileiro usa esse conceito, mas não o pratica. Mesmo no caso de reformas agrárias clássicas e capitalistas, sua característica básica é que, em curto espaço de tempo (um ou dois anos), eliminavam todas as grandes propriedades do país. Todas e não apenas algumas. Já vi o Jungmann dizer várias vezes que um processo de reforma agrária leva de dez a quinze anos para consolidar-se. Isso é uma invenção. Mas como ele está escalado apenas para fazer propaganda do governo, a gente releva. Nenhum país capitalista levou tanto tempo.

Existe uma proposta de reforma agrária com variantes de acordo com os movimentos sociais do Brasil, mas que poderíamos dizer que é uma proposta de reforma agrária dos trabalhadores e que abarca bem mais do que distribuir a terra, conforme expliquei numa pergunta anterior. E existe o que é uma política de assentamento no meio rural. Ou seja, o governo percebe que há movimentos sociais que lutam, acampam e, nesse caso, para esses teimosos, o governo se resigna em desapropriar ou arrecadar terras para assentar essas famílias teimosas de sem-terra, antes que seu movimento de resistência se transforme numa dor de cabeça ainda maior. Portanto, o governo FHC e todos os outros governos anteriores apenas praticaram políticas de assentamento e não de reforma agrária, nem sequer a capitalista que o general norte-americano Douglas MacArthur impôs a peso de fuzil no Japão, por exemplo.

Nossa luta é uma luta de resistência, de teimosia e de conquistas. Tentamos avançar para ir conquistando espaços políticos e territoriais que permitam aos trabalhadores obter mais força para, em determinada conjuntura nacional, termos condições então de realizar uma verdadeira reforma agrária. Essa é a nossa política. Evidentemente que ficamos à mercê das interpretações da sociedade ou da academia sobre a situação e a natureza dos assentamentos atuais. Mas, a rigor, eles são apenas espaços de conquista e de resistência. Os assentamentos são novas trincheiras de luta, não final de luta.

*MOP – Em diversas ocasiões, percebe-se, em declarações suas e de outros dirigentes do MST, uma preocupação e uma atenção especiais com formas de organização da produção dos assentamentos baseadas*

*em cooperativas. Da mesma forma se pode falar da formação de agroindústrias ou da vinculação da produção agrícola a agroindústrias já em funcionamento nas regiões onde se localizam os assentamentos. Gostaria que o senhor falasse sobre essa questão e sobre as propostas da Central de Cooperativas do MST.*



Ocupação (Foto: Arquivo MST)

*JPS – Bem, nós temos uma política já*

*bastante discutida, refletida, sobre como ir organizando a produção nos assentamentos. Queremos que a produção contribua para resolver os problemas concretos de renda das famílias assentadas, para que efetivamente melhorem de vida, mas sabendo das limitações do modelo e sem ilusões de que já podemos reorganizar a produção e o mercado como um todo. Nossa política geral é para a produção chamada de política de cooperação agrícola. Por quê? Porque achamos, com base em nossa experiência de 18 anos, que já temos assentamentos, e com a experiência de outros lugares, de que somente é possível avançar, melhorar a renda, se houver estímulo à cooperação agrícola. Ou seja, o companheiro pode até receber o lote individual, ter sua terra, mas para organizar a produção é necessário ir desenvolvendo a cooperação agrícola. E o segredo da aplicação da cooperação agrícola é que podemos*

estimulá-la, jamais impô-la. Por outra parte, existem diversas formas complementares de cooperação agrícola, de acordo com as condições objetivas do assentamento: recursos naturais, vocação agrícola, nível de capital acumulado, proximidade de mercado, nível de conhecimento tecnológico acumulado pelos assentados. E existem condições objetivas, nível de consciência dos assentados, tradição cultural, etc. Essas condições é que determinam qual a melhor forma de cooperação agrícola, que pode ir das mais simples, como por exemplo mutirão para colheita da lavoura, ou compra e venda em comum, até formas mais complexas como é a instalação de uma agroindústria num assentamento.

Nós temos um setor dentro do MST, que se chama Setor Cooperativista dos Assentados, que reúne as cooperativas formais e informais, e que é o responsável por ir aplicando e ajustando a política de organização da cooperação agrícola nos assentamentos de acordo com as condições existentes.

Evidentemente que sonhamos que o ideal seria cada assentamento poder instalar sua agroindústria, transformar seu produto, aumentar sua renda e melhorar mais rapidamente as condições de vida dos assentados. Mas isso não depende apenas da vontade da organização ou do MST, não é mesmo? Depende, de novo, da correlação de forças na sociedade e de nosso enfrentamento com as elites, com o governo, que controlam o mercado, o capital, as agroindústrias, a política agrícola.

**MOP – Essa seria uma estratégia de produção dos assentamentos dirigidos pelo MST para enfrentar em condições de competitividade as regras do mercado. Em que medida essa estratégia de ação supera objetivos fundamentalmente capitalistas? Ou melhor, qual o projeto do MST para o capitalismo e qual o projeto rumo ao socialismo?**

**JPS –** Nosso projeto estratégico é contribuir para que, no Brasil, a economia e a sociedade se organizem de uma forma que *todos* os brasileiros possam ter trabalho, educação, moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura. Simples, não é? Mas impossível de ser alcançado com essas elites gananciosas. Nós não gostamos de rótulos. Lutamos por um ideal. O ideal da vida e de melhores condições para *todos*. *Todos* mesmo. O capitalismo já provou que não consegue resolver e melhorar as condições de vida

de todos. Como sair dele, e o que virá depois dele, é um desafio para toda a sociedade brasileira, e que deve ser resolvido pelas organizações de todos os trabalhadores. Não achamos que seja tarefa só do MST, por isso não nos preocupamos explicitamente com isso.

**MOP – Por falar em assentamentos, parece haver uma diferença bastante acentuada nos resultados obtidos pelos vários assentamentos, dependendo da sua localização. Como o MST enfrenta essa regionalidade?**

**JPS –** Já comentei anteriormente que em cada assentamento existem condições objetivas e subjetivas que determinam diferenciações no nível de desenvolvimento da produção, da cooperação agrícola e obviamente no resultado sobre a renda e sobre a melhoria das condições de vida.

Pela experiência concreta que temos tido, se percebe que existe uma certa similaridade na história particular de cada assentamento que, mantidas as diferenças pelas condições que assinaei, de maneira geral se repete.

Há um primeiro estágio, que pode demorar dois a três anos, logo após a conquista da terra, em que as famílias se preocupam apenas em produzir para subsistência, construir sua casinha, garantir escola para os filhos. Ou seja, reorganizar a vida. Nessa etapa recuperam a dignidade do trabalhar para si, eliminam a fome e se alimentam muito bem. Logo percebem que é bom, mas insuficiente, para poderem ter outras melhorias. Aí vem a segunda etapa da luta no assentamento, quando se discute a necessidade de produzir para o mercado. Procuramos, através de nosso setor de produção, ajudar nessa discussão, descobrindo mercados próximos, mercados especiais, produtos que não podem ser produzidos pelos fazendeiros, etc., produtos que dão mais renda, que ocupam mais mão-de-obra. Tentar produzir para o mercado local, de massas, e obter maior renda. Nem sempre isso é possível. Assentamentos que estão distantes de mercado são muito prejudicados. Por isso, também somos contra a colonização na Amazônia, pois os agricultores vão para o inferno onde é impossível produzir para o mercado de lá. Houve assentamentos que se iludiram com produtos do mercado e quiseram disputar com a grande propriedade, da soja, do milho. Quebraram a cara. Nunca poderemos melhorar de renda com a produção de grãos para o mercado. A maioria dos assentamentos está nessa fase: descobrir o mercado.

A partir daí, saímos para a terceira fase de um assentamento, que é perceber que somente vamos melhorar de renda mesmo se instalarmos a nossa própria agroindústria. Mas para ter uma agroindústria necessariamente é preciso formar uma cooperativa ou alguma forma de cooperação agrícola. Por isso, essa também é uma etapa das mais difíceis porque exige mais capital. E o mercado é ainda mais especializado, embora ao nível local existam muitos espaços desde que o produto seja de boa qualidade. Esse é o sentido da nossa evolução. Os assentados que não conseguirem superar a produção de subsistência não progredirão.

Mas não podemos também apenas analisar o sucesso de um assentamento por seus resultados econômicos ou de sua participação no mercado. Há dois outros critérios que é necessário levar em conta. Um assentado se transforma em cidadão; deixa de ser um escravo moderno. Caminha com altivez, vota conscientemente. Participa da sociedade. Seus filhos estudam. Quando vivia como sem-terra, parceiro, bóia-fria, arrendatário, era apenas um pária indesejável da sociedade. Uma mercadoria dos patrões. O fato de sair dessa condição, o sujeito transformando-se em cidadão, não há estatística que meça!

O outro critério é comparar a função social daquela área. Antes, quando era latifúndio, potencialmente muitas pessoas poderiam viver lá, quanto da produção a sociedade receberia daquela área. E, agora, no assentamento, quantas pessoas sobrevivem naquela área e quanto da produção de bens é efetivamente entregue para a sociedade. As comparações que temos são fantásticas. Sempre há no mínimo uma diferença de 10, 15 por um.

*MOP – Até uns anos atrás, quando o novo sindicalismo despontava como a única saída organizativa da classe trabalhadora brasileira, os movimentos rurais eram vistos como setores que vinham a reboque daqueles. O MST recoloca um velho problema, mas adota práticas diferenciadas a ponto de atrair a atenção de setores da*

*esquerda que em geral viam o campo como palco de lutas pequeno-burguesas. O que de fato mudou nessa relação que até então era problemática?*

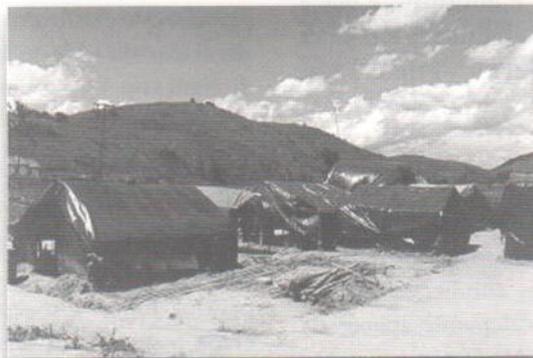
**JPS** – Assim como as elites, a academia brasileira sempre foi colonizada e tanto uma como outra assumiram a postura de colonizados, sempre pensando com os pés na Europa. Infelizmente a esquerda brasileira também esteve sob essa influência negativa e, talvez por isso, nunca tenha entendido de campo. Existem muitas piadas sobre o atraso teórico das esquerdas brasileiras. Os trotskistas sempre à espera da insurreição dos macacões de São Bernardo; o Partidão sempre a reboque da burguesia nacional; o PC do B, na sua fase maoísta, à espera da invasão japonesa para iniciar a grande marcha; a esquerda

cristã, com seu populismo voluntarista, com a esperança de que os pobres conquistarão os céus. Apesar disso, acho que todos nós aprendemos com nosso subdesenvolvimento ideológico. E agora vemos com mais clareza os nossos desafios políticos, a necessidade das diversas formas de organização de massa, o combate ao vanguardismo, ao discurso, etc. Acho que o

MST é fruto da sua própria experiência, de seus erros e do aprendizado da esquerda como um todo. E certamente surgirão novas formas de organização, novos movimentos. Pensando dessa forma, o MST não pode ser visto como exemplo ou experiência perene. Somos instrumentos para alcançar um objetivo, mas o principal é o objetivo, não o instrumento.

*MOP – Há uma política do MST para atrair e atuar junto aos setores urbanos, sobretudo os sindicatos? Nessa direção, existem vínculos do MST com a CUT? Se existirem, quais são esses vínculos?*

**JPS** – Desde o nascimento do MST, com a sua formalização enquanto um movimento nacional em janeiro de 1984, preocupamo-nos em colocar como um dos seus principais objetivos a aliança com o movimento sindical e definimos que nosso aliado estratégico seria o sindicalismo concebido pela



Acampamento (Foto: Douglas Mansur)

CUT. Um sindicalismo de base, de massas, de luta, democrático e de classe. Por isso, desde o início, procuramos contribuir para o fortalecimento dos sindicatos cutistas, assim como sempre procuramos atuar em conjunto com eles. Nossos vínculos são portanto de objetivos e de práticas. Eventualmente realizamos atividades também conjuntas, mas isso é detalhe. O principal não é ter calendários comuns, pois cada movimento social, seja popular ou sindical, tem sua dinâmica, seu jeito de atuar. E, às vezes, forçar calendários conjuntos mais atrapalha do que ajuda. Participamos também em diversos fóruns comuns conjuntamente com outras organizações de trabalhadores, como, por exemplo, o Fórum Nacional contra a Violência no Campo. Construímos juntos a mobilização pela Constituinte em 87-88, depois fizemos a marcha a Brasília em abril de 97 de forma conjunta. Naquela marcha, embora levando o nome de Marcha dos Sem-Terra, éramos, na verdade, apenas 1.500. Aquela foi uma marcha de todos os trabalhadores brasileiros e da sociedade contra o plano neoliberal. Foram os sindicatos cutistas, a UNE, as igrejas, a central de movimentos populares que fizeram a grande marcha no dia 17 de abril de 1997. Esse acontecimento foi um marco, pois provou que é possível nos unir para derrotarmos o governo FHC e seu modelo neoliberal.

*MOP – Gostaria que o senhor discorresse sobre a relação que o MST vem estabelecendo com o PT e demais partidos, considerando tanto a história do movimento quanto a atual situação das correlações políticas com vistas à próxima eleição presidencial.*

*JPS –* Entre as características de nosso movimento, como já expliquei antes, sempre defendemos a autonomia do MST. Como um movimento social autônomo, temos liberdade de direção política, de doutrina, de planos de luta, de fixação de objetivos, de recursos humanos e financeiros, das igrejas, dos partidos, etc. E assim somos também em relação ao PT.

Há no entanto uma identidade maior com o PT. A maioria de nossos militantes, à medida que vai se politizando e ampliando sua participação política na sociedade, opta pelo PT como organização partidária e essa vinculação ideológica é resultado da história comum, das lutas comuns e de certa forma também desse mútuo respeito pela autonomia de ambos.

Mas na nossa base social, ou seja, entre os sem-terra, os acampados, assentados, se reproduz em menor grau do que acontece nas comunidades rurais comuns, embora com um nível de politização maior (segundo uma pesquisa do DataFolha, em nossos acampamentos cerca de 65% se consideram petistas). Isso comparado com a sociedade em geral representa um grau elevado de politização e de vinculação partidária.

Entre os militantes há também os que representam outros partidos de esquerda, como PDT, PSB, PC do B. E como todos respeitamos a autonomia, nunca tivemos problemas, mesmo quando nas proximidades de eleições o movimento discute e se define claramente pelo apoio a determinados candidatos a deputado estadual, federal, governador e presidente da República.

Na atualidade, por exemplo, já definimos desde o ano passado que a candidatura do Lula significa a principal ferramenta que temos para derrotar o governo FHC. E optamos pelo Lula não por adesismo ou correia de transmissão do PT, até mesmo porque o Lula é maior do que o PT enquanto expressão político-eleitoral. Mas avaliamos que ele é o único candidato com carisma e história de luta capaz de aglutinar amplas forças populares, especialmente entre os excluídos e desorganizados. É o único que teria força suficiente para após a vitória realmente fazer a reforma agrária e implementar um modelo econômico alternativo ao neoliberalismo.

E pessoalmente estou convencido de que se conseguirmos fazer uma ampla mobilização de massas, se conseguirmos transformar a campanha eleitoral deste ano num verdadeiro movimento político de conscientização, se conseguirmos casar lutas de massas concretas contra o neoliberalismo, se conseguirmos mostrar para o povo que o que está em jogo é a soberania nacional, que estão em jogo dois projetos distintos para nossa sociedade, o povo não terá dúvida em escolher o Lula e em impedir que esse governo venda a pátria, assim como que antitrabalhadores prossigam nessa sanha infame de entregar nosso país aos interesses do capital internacional e afundar nosso povo em condições de sobrevivência cada vez piores.

Sou um otimista. Faremos uma verdadeira reforma agrária em nosso país, e conseguiremos derrotar essas elites colonizadas que apenas sonham com Miami.